

AMEAÇAS EM REDE À SEGURANÇA NACIONAL: DOS AMBIENTES URBANOS À CIRCULAÇÃO TRANSNACIONAL DE ILÍCITOS

Matheus Hoffmann Pfrimer¹
André Luiz Cançado Motta²

RESUMO

O aumento da produção de cocaína e a hegemonia nas rotas transnacionais fortaleceram as redes narcotraficantes na América do Sul. Essa expansão apresentou desdobramentos na violência armada no Brasil, já que as Organizações Criminosas Transnacionais (OCTs) passam a disputar a hegemonia em corredores de circulação e distribuição da droga não apenas nas regiões metropolitanas, mas especialmente nas cidades interioranas. Dessa forma, o presente trabalho tem como objetivo analisar como as novas territorialidades do narcotráfico sul-americano se relacionam com a natureza e espacialidade da violência no Brasil, e levantar qual tipo de ameaça direta isso traz à segurança nacional. Para tanto, coletamos dados quantitativos georreferenciados no Repositório do Projeto de Conflitos da Universidade de Uppsala (UCDP), no Observatório de Homicídio do Instituto Igarapé e no Repositório de Apreensões do Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime (UNODC). Por meio do Software Philcarto, construímos as cartografias e desenvolvemos a análise espacial dos dados. Por fim, observamos que a capilarização e hegemonia das territorialidades do narcotráfico impulsionam a violência nas fronteiras internas e cidades interioranas no Brasil.

Palavras-chave: Espacialidade da violência; Organizações Criminosas Transnacionais; Violência armada.

¹ Professor Doutor de Estudos Securitários, Universidade Federal de Goiás (UFG), Goiânia Goiás. E-mail: matheuspfimer@hotmail.com / Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-3472-3314>

² Mestrando. Universidade Federal de Goiás (UFG), Goiás (GO), Brasil.

E-mail: andrecancadomotta@gmail.com/ Orcid: <http://orcid.org/0000-0002-9422-8588>

INTRODUÇÃO

A atuação das redes de narcotraficantes no Brasil remete à década de 80, e o seu *modus operandi* transnacionalizou-se à medida que o meio técnico e informacional se modernizou, ganhando um alcance internacional sob o contexto regional sul-americano³. Dessa forma, a correlação da maior capacidade de atuação das Organizações Criminosas Transnacionais (OCTs) pelo território brasileiro é, como será defendido nesse trabalho, um resultado do contexto regional propício para as redes de financiamentos próprias do tráfico de drogas transnacional, diretamente oriundo do alcance relativamente “livre” do fluxo de insumos financeiros, humanos e bélicos explorados pelas OCTs.

Portanto, o presente artigo busca responder em que medida a organização e o estabelecimento de territórios-rede do narcotráfico sul-americano contribui e impacta para a natureza e espacialidade da violência armada no Brasil, bem como de que forma esta se apresenta e organiza pelo território nacional e quais são os seus principais *locus* de confronto, isso é, onde ocorrem com maior intensidade. Delimitamos inicialmente o horizonte espaço-temporal ao continente sul-americano, tendo como unidade de análise municípios da região e o período compreendido entre 2010 e 2015. A escolha desse horizonte temporal deve-se fundamentalmente pelo aumento significativo das disputas entre grupo narcotraficantes brasileiros e locais pelo controle das dinâmicas transfronteiriças nesse período⁴.

Para tanto, foi proposta a análise de dados que integrasse métodos de pesquisa quantitativo-qualitativo (THALER, 2017). Dessa forma, para análise quantitativa, coletamos dados do Banco de dados do Projeto de Conflitos da Universidade de Uppsala (UCDP), do Atlas da Violência e do Banco de dados de apreensões de Drogas do Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime (UNODC). Os dados do UCDP foram utilizados a fim de expressar os conflitos de maior intensidade do violência armada, mais particularmente entre atores não estatais violentos em países da América do Sul. Os dados do Atlas da Violência foram utilizados para apresentar espacialmente o número

³ Observa-se que este trabalho não contempla uma abordagem mais ampla da origem do narcotráfico, que tem sua atuação ligada com a conexão transatlântica estabelecida com máfias italianas. Ver mais em: Política e Drogas nas Américas: uma genealogia do narcotráfico Rodrigues (2017) e CV/PCC: Irmandade do Crime, Amorim (2003).

⁴ Esse contexto tem seu ápice com o assassinato de Jorge Rifaat Toumani, o “Rei da Fronteira”, em 2016. Posteriormente, a rota em disputa se desloca para a rota do Solimões.

de homicídios por município no Brasil entre 2009 e 2016. Já os dados do UNODC apresentam informações georeferenciadas das apreensões de cocaína e seus insumos na América do Sul. A partir desse conjunto de dados realizou-se a análise espacial dos dados a partir de cartografias temáticas produzidas com o software Philcarto. A análise das cartografias temáticas visa empreender uma reflexão relacional entre os nodos das redes narcotraficantes e a posição dos conflitos irregulares e da violência armada no contexto sul-americano e, especificamente, na espacialidade da violência brasileira.

O trabalho compõe-se de três partes. Na primeira parte procuramos compreender as dinâmicas e articulações das redes transnacionais do crime organizado, a natureza dos nós da logística do tráfico de cocaína, e sua relação com conflitos armados e homicídios na América do Sul. Visamos compreender como o tráfico de cocaína é fundamental para a constituição e funcionamento do crime organizado transnacional na região, bem como demonstrar a forma de receita desses grupos. A segunda parte avalia a espacialidade da violência armada no Brasil, a partir dos resultados da análise espacial de dados sobre conflitos e homicídios em áreas de fronteiras internacionais e internas e em centros urbanos brasileiros. O foco principal é verificar a espacialidade e cronologia do número de homicídios no Brasil, demonstrando a interiorização da violência armada e se esta ocorreu vinculada à expansão do tráfico transnacional de drogas. Além disso, exemplificar como a relação de conflitos armados, homicídios e o funcionamento do crime organizado, desperta uma ameaça transnacional nas Forças Armadas Brasileiras, citando o caso concreto da criação da Operação Ágata no Brasil, como forma de comprovar a hipótese de que a forma de atuação do crime organizado de fato provoca uma reação militar do Estado brasileiro, que desloca recursos e aparatos militares para garantir a segurança de suas fronteiras, e evitar ameaças dentro do território nacional. Por último, apresentam-se as conclusões do artigo.

TERRITÓRIOS-REDE DO NARCOTRÁFICO E AS DUAS VIAS DE FINANCIAMENTO DE CONFLITOS ARMADOS IRREGULARES NA AMÉRICA DO SUL.

Nesta seção do artigo procuramos verificar como as redes do tráfico de cocaína se organizam no processo de transnacionalização da violência na América do Sul. Transformar as atividades do tráfico local em transnacional implica não apenas em aumento dos fluxos de insumos, pessoas e de cocaína, mas fundamentalmente da qualidade das

articulações com outros atores estatais ou não-estatais (MACHADO, 2011). Essas articulações implicam em possibilidades de estabelecer arranjos hegemônicos, isto em práticas coercitivas (pela violência) ou consensuais. Dessa forma, as redes transnacionais se caracterizam mais por ser de natureza precária e temporária do que estáveis.

A fim de compreender a natureza das articulações do tráfico de cocaína na América do Sul, realizamos no acervo do UNODC um levantamento de dados estatísticos da quantidade de apreensões por tipo de insumos da cocaína⁵. Os dados estão organizados por município de apreensão. Ademais, realizamos no UCDP um levantamento de dados sobre conflitos armados na América do Sul. Coletamos ainda os dados de homicídios na América do Sul no Observatório de Homicídios do Instituto Igarapé. Embora já tenha sido relatada pela literatura acadêmica que os dados do Instituto Igarapé apresentam viés quando comparados com outros bancos de dados (RODRIGUES et al., 2017), acreditamos que para uma visão geral comparativa esses dados possam ajudar. A seguir, construímos cartografias para empreender a análise espacial dos dados coletados. Mediante a linguagem cartográfica, pode-se compreender padrões espaciais de transnacionalização do narcotráfico na região, e seus efeitos sobre a violência armada.

Levando em conta a perspectiva da mobilização das redes do narcotráfico, os arranjos espaciais do Mapa 1 são bem elucidativos, pois permitem compreender a estruturação espacial das redes narcotraficantes. Há um primeiro eixo, no qual as redes narcotraficantes dispõem de circunstâncias mais difíceis para alcançar os mercados sul-americanos e mais fáceis para o mercado caribenho e americano pela rota Amazônica, (FERREIRA, 2018). Esse arranjo espacial torna viável um segundo eixo, polarizado pelas conexões do Primeiro Comando da Capital (PCC) com grupos peruanos e bolivianos.

Esta segunda rota, também denominada de rota “caipira”, apresenta baixo grau de obstrutibilidade (*obstructability*), isto é, dispõe de maior facilidade de circulação espacial através de seus caminhos (ROSS, 2004; LE

⁵ Os insumos de cocaína foram selecionados para este trabalho, por serem a etapa inicial de produção da cocaína refinada (produto final). Em laboratórios geralmente menores e rústicos, a folha de cocaína é transformada em pasta base. Esta é, por sua vez, um dos insumos da cocaína em seu estágio final (pó), como também de drogas mais populares, como o crack. A diferença entre os dois é o preço de acesso e popularização, sendo a primeira mais cara e elitizada, a segunda barata e popular. Portanto, para aumentar o alcance de análise dos dados, convencionou-se o uso dos insumos a despeito do produto final.

BILLON, 2011). Ademais, usufruem relativa legalidade da produção de folhas de coca no Peru⁶ e Bolívia⁷ e de uma densa malha rodoviária até fronteira com o Paraguai. A rota caipira articula as tradicionais regiões produtoras de folhas de coca com a tríplice fronteira e de lá aos principais mercados consumidores de droga no subcontinente: São Paulo e Rio de Janeiro (ABREU, 2017; MANSO; DIAS, 2018).

Outro elemento importante no Mapa 1, refere-se à organização da cadeia logística transnacional como um todo. Ao diferenciar as apreensões por tipo de insumo da cocaína, percebe-se a organização transnacional do tráfico. No início da cadeia produtiva encontram-se os produtores de folha de coca, estabelecidos nos países andinos. O caso colombiano é emblemático, pois além de produtor é um *hub* logístico de transporte, distribuição e comercialização (SALAZAR; GABRIEL, 2010; SALAZAR, 2015). Já os casos boliviano e peruano, apresentam maior número de apreensões de folhas de coca e pasta, sobretudo pelo seu controle legal, caracterizando-os como pontos de produção e transporte. Nesse estágio, as folhas de coca são transformadas em pasta base para diminuir o volume da carga, facilitando o transporte aéreo ou terrestre, para daí seguir para suas devidas transformações. Por fim, o caso paraguaio apresenta-se como um importante espaço de trânsito e de distribuição de drogas no atacado, em direção aos mercados brasileiros e argentino. Nota-se número substancial de apreensões de hidrocloreto de cocaína, ou seja, a cocaína em seu estágio final puro, em municípios fronteiriços. Neste contexto, as regiões metropolitanas brasileiras⁸ e cidades médias são espaços da distribuição varejista e do consumo final, especialmente nos municípios do interior paulista, onde o consumo de cocaína já representa um volume maior que o da capital paulista (ABREU, 2017).

No que se refere à densidade e à morfologia das redes de circulação, enquanto a rota caipira, demonstrada no mapa 1, segue o padrão leste-oeste, percebe-se que a circulação da região andina segue o padrão norte-sul,

⁶ No Peru, a maior parte da legislação criminal sobre tráfico de drogas ilícitas estão dispostos entre os artigos 296 e 303 do Código Penal peruano de 1991. Nestes, não há restrições quanto ao plantio de folha de coca, tornando legal sua produção e cultivo (TNI, 2016). São presentes diversas iniciativas para diminuir esse número, uma forma de controle estatal para impedir que a produção da folha de coca seja comercializada para grupos de narcotraficantes.

⁷ Na Bolívia, segundo a lei nº1008 de 1988, o cultivo de coca para uso próprio, o que envolve usos medicinais e ritualísticos é legal. No entanto, sua venda, porta e refino são ilegais, mediante a penas de medidas socioeducativas referenciadas no artigo 5º da lei (BOLÍVIA, 1988).

⁸ Segundo a UNODOC, o Brasil figura hoje como o segundo maior consumidor de cocaína do mundo.

acompanhando a orografia da própria região. Esse padrão facilita a integração entre os nodos de produção, circulação e refino, porém não contribuem para a integração com os nodos de distribuição e comercialização, já que os principais mercados consumidores regionais encontram-se no Brasil e na Argentina. A circulação até esses mercados é o ponto da cadeia logística mais estratégico, em que poucos atores e a rentabilidade é maior, enquanto que, na rota-caipira, os pontos estratégicos da transnacionalização da droga estão sob a hegemonia do PCC.

Nesse cenário de disputa por territórios, grupos traficantes se enfrentam pelo controle de pontos estratégicos, rotas e mercados (como é o caso, no eixo amazônico, da disputa entre o PCC e o Comando Vermelho (CV) e Família do Norte (FDN) (LUJALA, 2009). Os espaços mais disputados são aqueles da distribuição atacadista para os traficantes varejistas da ponta da cadeia (PFRIMER, SILVA, 2019). No Mapa 1, o fundo da cartografia em formato kernel (mapa de calor) apresenta a taxa de homicídios por 100 mil habitantes em cada município entre 2010 e 2015. Percebe-se que a maior parte dos homicídios encontra-se nos grandes centros urbanos do Nordeste, onde grupos associados ao PCC se enfrentam contra outros associados ao CV. Nos espaços fronteiriços, a região da tríplice fronteira com o Paraguai e Argentina também apresenta números elevados de homicídio. Neste último espaço, os altos índices de violência armada são, na sua maior parte, consequência do enfrentamento entre o crime organizado e a forças policiais, que apresentam cada vez menos capacidade de responder ao avanço do narcotráfico⁹ (ATLAS DA VIOLÊNCIA, 2019).

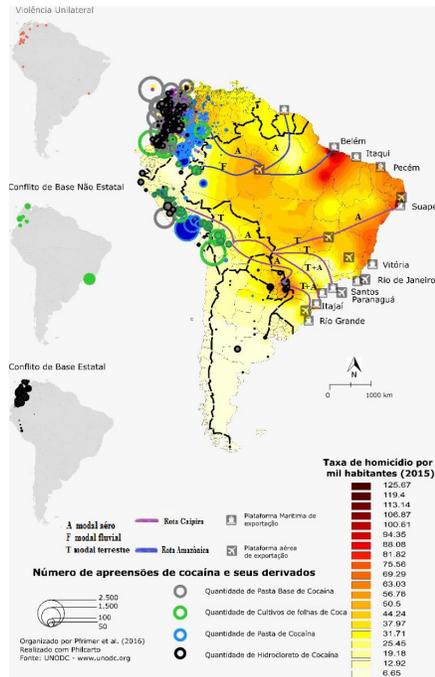
Além disso, destacam-se no mapa 1 as rotas pelas quais as drogas são escoadas para distribuição e comercialização no Brasil. Duas destas, a

⁹ Para Gabriel Feltran (2012; 2018), em locais onde há enfrentamento, ou guerra, entre facções criminosas, observa-se o aumento no número de homicídios, naturalmente causados pela disputa subsequente a rivalidade de facções, possuindo naturezas e razões diversas. O contrário, que é o principal material de estudo de Feltran (2012; 2018), principalmente no caso do PCC, também é válido, isto é, na ausência de disputas de facções, observa-se uma queda ou estabilização no número de homicídios. No artigo "The 'São Paulo Mystery': The role of the criminal organization PCC in reducing the homicide in 2000s" de Justus (et al., 2018), bem como também no livro "A Guerra: a ascensão do PCC e o mundo do crime no Brasil" de Manso e Dias (2018), é possível inferir que o argumento levantado por Feltran (2012; 2018), defendido aqui pelos autores deste artigo, também corroboram com a premissa de que elevados números de homicídios são relacionados a presença do crime organizado de diferentes facções rivais (como é o caso do PCC x Família do Norte, na região nordeste, dado possível de ser visto nas obras mencionadas, e em específico em Manso e Dias (2018, p.34 e 35)), bem como também o seu contrário. Desse modo, recomenda-se para a discussão deste tópico em específico, o racional das obras citadas, para devida compreensão da premissa defendida pelos autores.

rota caipira e rota amazônica, demonstraram, por aproximação dos próprios autores, ser as mais importantes dentre as inúmeras outras rotas de entrada de drogas. Para justificar essa escolha, utilizamos os estudos de Abreu (2017), para as rotas destacadas no mapa 1, e Couto (2020), para fundamentar a escolha da rota amazônica. Para Abreu (2017) a rota caipira é, dentre as demais, uma das mais fáceis rotas de escoamento de drogas, sobretudo na região sudeste, pela facilidade geográfica pela qual a região oferece aos narcotraficantes: pistas de pouso improvisadas para aviões carregados de cocaína em canaviais (densos e pulverizados, de difícil fiscalização) (ABREU, 2017). Para Couto (2020) o caráter transnacional do narcotráfico na Amazônia brasileira dá-se por motivos semelhantes. Como as redes de distribuição possuem tempo limitado isto por serem constantemente alteradas, a facilidade com que a geografia amazônica permite o controle de escoamento de produtos por parte dos narcotraficantes é enorme (COUTO, 2020). Dessa forma, as características naturais da região amazônica, somado ao fato de ser também uma região economicamente afastada e em desenvolvimento, mostra-se como um ponto frágil e essencialmente aberto ao fluxo de drogas vindo dos países fronteiriços produtores de cocaína: Bolívia, Peru e Colômbia (COUTO, 2020).

Vale ainda ressaltar que as rotas modais destacadas: aéreas, fluviais e rodoviários são, preferencialmente as mais utilizadas pelos narcotraficantes (ABREU, 2017; COUTO, 2020), não sendo necessariamente uma regra. Conforme dito anteriormente, observa-se que o padrão de comportamento do narcotráfico é de mudança constante, com destruição de infraestruturas prévias e construção de outras novas, dando um caráter dinâmico ao seu processo organizacional. Conforme demonstrado no mapa 1, a rota caipira demonstra ter uma prevalência de modais aéreos e terrestres, sobretudo pelos aspectos geográficos regionais. Já a rota amazônica apresenta prevalência dos modais fluviais e aéreos, ao contrário de seu par.

MAPA 1 - QUANTIDADE DE CONFLITOS IRREGULARES POR TIPO, ROTAS COMERCIAIS DE ENTRADA DAS DROGAS, TERRITORIALIDADES DA VIOLÊNCIA E DO NARCOTRÁFICO POR MUNICÍPIO SUL AMERICANOS ENTRE 2010 E 2015.



Fontes: United Nations Office on Drugs and Crime; Instituto Igarapé e Uppsala Conflict Data Program, 2016. Elaboração Própria.

No contexto sul-americano, é necessário ainda diferenciar homicídios provocados por acertos de contas dos enfrentamentos armados com alguma intensidade e continuidade temporal. Para o UCDP, conflitos armados caracterizam-se por enfrentamentos armados com mais de 25 mortes durante um ano. Neste caso, as cartografias do lado esquerdo do Mapa 1 apresentam os conflitos armados na América do Sul entre 2010 e 2016, segundo as díades de atores. Percebe-se que no caso brasileiro, a maior parte dos conflitos armados são de base não estatal, retratando o conflito armado entre atores não estatais como as OCTs no Rio de Janeiro. Na Colômbia e no Peru encontram-se os conflitos armados de base estatal, aqueles em que forças armadas regulares do estado enfrentam OCTs.

Nestes dois casos, o número elevado de conflitos armados se relaciona à militarização do combate ao tráfico de drogas, sobretudo pela capacidade de armamento que os grupos de narcotráfico possuem. Os casos de violência unilateral referem-se ao emprego da violência por parte de atores estatais ou não contra a sociedade civil. Mais particularmente, esses casos representam a repressão do regime venezuelano contra a oposição da sociedade civil, assim como o caso da violência operada pelas FARC's contra a sociedade civil colombiana.

A grosso modo, pode-se sintetizar o contexto sul-americano a partir da relação entre a cadeia produtiva da cocaína e seus insumos e o processo de transnacionalização da violência. Rotas e territórios, conforme demonstrado no mapa 1, apresentam-se como trunfos importantes para o tráfico internacional e a disputa por esses espaços engendra o emprego da violência. Conforme Pfrimer e Sousa (2019), os espaços de comercialização e distribuição atacadista da cocaína são aqueles que apresentam maior grau de violência, pois a distribuição atacadista envolve a transnacionalização da cocaína, sendo, portanto, a etapa mais rentável do tráfico e na qual poucos atores atuam (PFRIMER; SOUSA, 2019).

Dessa forma, pode-se afirmar que, com exceção da tríplice fronteira, a violência armada se encontra muito mais nas fronteiras internas do que nas internacionais. Ademais, verifica-se que segundo o UCDP há poucos casos de conflitos armados de maior intensidade no Brasil, embora haja altos índices de homicídios, o que a priori indica a ocorrência de conflitos de baixa intensidade. Nesta seção apresentamos o processo de transnacionalização da violência por meio da economia política do tráfico internacional de cocaína na América do Sul. É necessário ainda um olhar mais preciso sobre o processo de interiorização da violência, de modo que auxilie na compreensão analítica dos fatos.

A NATUREZA E ESPACIALIDADE DA VIOLÊNCIA ARMADA NO BRASIL:

Na seção anterior, apresentamos a relação entre a cadeia logística do tráfico internacional de drogas na América do Sul com a violência armada em vários países, além de demonstrar brevemente as capacidades de escoamento de produção pelas principais (mas não todas) as rotas sul americanas de entrada de drogas. Nesta seção, contextualizamos a espacialidade da violência armada no Brasil, procurando compreender como elementos transnacionais apresentados na tópico anterior se

acoplam com elementos nacionais brasileiros. Aqui, procuramos entender a espacialidade da violência armada no Brasil diferenciando as fronteiras internas e fronteiras internacionais, bem como o rural e o urbano. Além disso, citamos o caso da Operação Ágata, como forma de reação factual das forças armadas brasileiras de que há uma ameaça transnacional, e de que ela deve ser coibida, controlada e impedida de contribuir para a espacialidade da violência interna, causada principalmente pela entrada de drogas, disputa de rotas de tráfico e venda de armamentos que auxiliam a operação do narcotráfico já dentro fronteira interna brasileira. Para tanto utilizamos os dados de homicídios entre 2009 e 2016 do Atlas da Violência para produzir cartografias temáticas, além de dados gerais sobre a execução da Operação Ágata.

Pode-se verificar no Mapa 2 a distribuição espacial dos homicídios no Brasil entre 2009 e 2016. Embora a violência armada seja um fenômeno eminentemente dos grandes centros urbano, não se deve desconsiderar a violência armada nos centros intermediários especialmente em regiões da frente pioneira amazônica e nas frentes de expansão agropecuárias no Centro-Oeste, Norte e Nordeste, parte desses municípios existem mais em função do rural do que das relações urbanas. Pode-se ainda verificar que os municípios da faixa de fronteira internacional apresentam baixos números de homicídios, com exceção da tríplice fronteira com a Argentina e Paraguai.

Dessa forma, se nos grandes centros urbanos as forças policiais já encontravam dificuldades logísticas e operacionais em garantir a segurança pública nos últimos anos, nos centros intermediários a dificuldade é ainda maior. As razões dessas dificuldades são inúmeras, como por exemplo: condições precárias de trabalho; falta de apoio logístico e de inteligência entre as forças policiais (Polícia Militar, Civil e Federal); armamento obsoleto; ausência de atualização salarial; falta de perspectiva de carreira e, em alguns casos, falta de pagamento (ou atraso) de salário das forças de segurança, além da dificuldade logística da garantia da lei e ordem (ABREU, 2017).

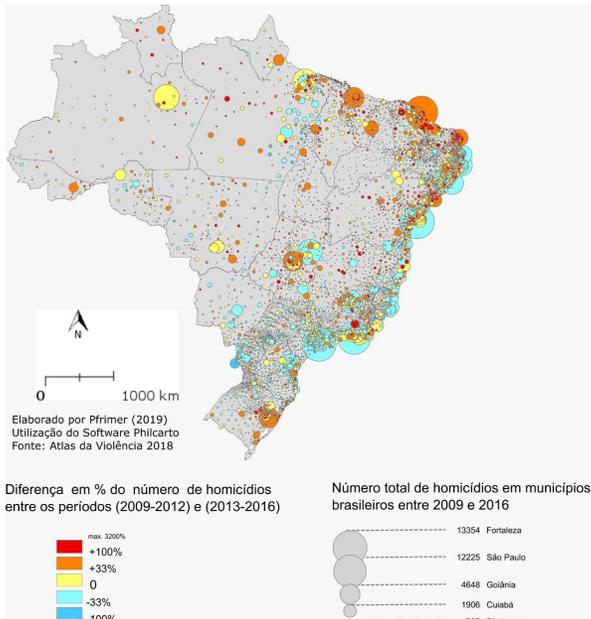
Ainda no Mapa 2, observa-se a distribuição espacial da diferença percentual entre o número total de homicídios para os períodos de 2009 a 2012 e de 2013 a 2016. Percebe-se que, nesse período, o número de homicídios vem caindo significativamente nos municípios interioranos desde a tríplice fronteira até a região metropolitana de São Paulo. O fenômeno da redução de homicídios é explicado, dentre outros fatores, pela ascensão do PCC ao controlar a rota caipira, contexto que evitou a rivalização com outros grupos de narcotraficantes como o CV, pacificando o domínio da região, como

também da capacidade de resposta das forças de segurança no combate ao narcotráfico, que nessas regiões possuem investimento melhor empregado em relação a proporção do montante e melhor qualificação no seu emprego de maneira geral (MANSO, 2012; BIDERMAN ET AL., 2019; JUSTUS ET AL, 2018; RISSO, 2014).

Outra característica marcante é a redução do número de homicídios na faixa de fronteira com exceção da porção mais meridional do estado do Rio Grande do Sul e na rota do rio Solimões. Na tendência contrária, percebe-se o aumento do número de homicídios em parte dos centros urbanos do Norte-Nordeste, tais como, São Luís, Teresina, Fortaleza e Natal. Este fenômeno está relacionado em parte por conta da disputa pelos mercados locais entre facções associadas ao PCC e ao CV, como também ao enfraquecimento das forças tradicionais de segurança em resposta as ameaças dispostas pelo alto poder bélico dessas facções, sobretudo pelos reflexos das disparidades dos investimentos no orçamento público de segurança entre as regiões brasileiras (MATOS, 2017), que passaram a exercer determinado tipo de controle sobretudo nessas regiões de grande escoamento de drogas e armas para o exterior, como também para o Brasil.

Embora nos demais centros urbanos do Norte-Nordeste tenha havido uma redução do número de homicídios, é observado, de outro modo, conforme previamente dito, um aumento deles nas cidades interioranas, especialmente naquelas do polígono da maconha (FERREIRA, 2018). Outra região que apresenta incremento substancial de homicídios encontra-se na frente pioneira amazônica, nas cidades interioranas da rota do Solimões. O PCC e a FDN disputam atualmente este espaço de trânsito, implicando em chacinas tanto dentro como fora do sistema prisional amazonense (FERREIRA; FRAGMENTO, 2020). Por fim, os municípios da frente pioneira amazônica mais consolidada no Tocantins e no Mato Grosso apresentam acréscimo de homicídios devido à dinâmica fundiária. Neste contexto, o avanço de grileiros sobre terras indígenas e quilombolas engendram também graves conflitos.

MAPA 2 – NÚMERO TOTAL DE HOMICÍDIOS EM MUNICÍPIOS BRASILEIROS ENTRE 2009 E 2016



Fontes: Atlas da Violência, 2018. Elaboração Própria com a utilização do Software Philcarto.

As dinâmicas espaciais apresentadas na cartografia acima podem ser interpretadas a partir da perspectiva das fronteiras internas e das relações entre o urbano e o rural. As fronteiras internas referem-se às zonas intermediárias para onde a ocupação humana ainda não é completamente consolidada, e a economia se fundamenta no setor primário, como o extrativismo ou outros setores econômicos fornecedores de insumo para os setores mais industrializados, como o agro-negócio. Enquanto as fronteiras internacionais possuem fundamentação jurídica em tratados internacionais (FOUCHER, 1991), as fronteiras internas se estabelecem pela dinâmica sócio-territorial (BECKER, 1986; 1996). O processo de criação de fronteiras internas se articula diretamente com a construção das redes urbanas e mais precisamente com a formação das frentes pioneiras (BEK CER, 1986).

As fronteiras internas, inevitavelmente, são fortemente afetadas pela dinâmica das OCTs, já que a violência armada por elas promovida,

passa a ser transnacional à medida que avança para dentro de países sul-americanos, incluso o Brasil. Logo, em resposta a essa ameaça, as Forças Armadas Brasileiras, sob responsabilidade do Ministério da Defesa, lançaram no ano de 2011 a Operação Ágata. Esta operação tem como objetivos principais combater as ameaças transnacionais causadas pela movimentação das OCTs, e promover ações efetivas de controle territorial. Visa, além disso, patrulhar extensas faixas de fronteiras do Brasil, que correspondem a 16.800km de extensão territorial, contendo ainda, nessa grande área, 6 milhões de pessoas, 11 distritos, 10 países e 710 municípios (RESDAL, 2016). Para Mendes (2016), a operação Ágata visa contribuir para o “aumento da fiscalização e da sensação de segurança nas fronteiras” (MENDES, 2016, p. 33). Mendes (2016) também argumenta que a Operação Ágata tem como principal dificuldade o monitoramento da enorme faixa territorial do país mencionada e que, pela região mostrar uma alta capilaridade viária, acaba por ser permeável a entrada de ilícitos e, conseqüentemente, às dinâmicas das OCTs. Por sua vez, o autor discorre que:

[...] verifica-se que os esforços de inteligência não podem se resumir ao acompanhamento das atividades do ambiente doméstico. Urge, portanto, voltar os olhos para o entorno estratégico, percebendo a evolução de possíveis ameaças e correlacionando os eventos externos com as ocorrências verificadas no território nacional (MENDES, 2016, p. 41).

As ameaças citadas por Mendes (2016) justificam a resposta do Estado brasileiro em impedir que a violência armada, conforme observado neste trabalho ocorre de maneira diferente em diferentes espaços internos do território brasileiro, tenha alcances transnacionais. Além disso, a existência de tal operação comprova que há de fato uma ameaça externa ao Brasil, causada pela dinâmica violenta das OCTs que atuam ativamente nas fronteiras brasileiras e de outros países sul-americanos. Assim, compreende-se que o emprego das Forças Armadas, nesses casos, serve para dimensionar e reduzir as incertezas promovidas pelas OCTs, impedindo o aumento da letalidade violenta dentro das fronteiras brasileiras, casualmente conectada com a violência armada nos diferentes cenários espaciais citados neste trabalho em que há a presença da ameaça narcotraficante.

Há que se observar também que, claramente, a economia política do tráfico de cocaína e a violência armada associada são fenômenos indissociáveis das redes urbanas que surgiram em torno da expansão agronegócio – caso da rota caipira é um exemplo disto –, e das frentes pioneiras na região amazônica – caso da rota do Solimões (MACHADO, 2011). A infraestrutura de circulação facilitou, conforme Mendes (2016) aponta, pela alta capilaridade viária das fronteiras brasileiras o transporte de drogas, além de fornecer um cenário propício à criação de mercados intermediários até o eixo Rio-São Paulo e, deste, para África e Europa. Não nos surpreende que, atualmente, o mercado consumidor de droga no interior do estado de São Paulo seja maior que o da capital (ABREU, 2017). Os processos de modernização no campo e da formação de fronteiras internas se articulam com o fenômeno da transnacionalização do tráfico e da violência armada das OCTs pelo controle de espaços de fluxos, que até então se configuraram como uma ameaça à segurança nacional não só do Brasil, mas como também de outros países sul-americanos, o que por sua vez reflete nos dados apresentados de homicídios no mapa 2.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme observado, as OCTs expandiram suas atividades pelas cidades interioranas brasileiras, constituindo espaços opacos nos quais o local se articula com o transnacional (HALL, 2013). Nisso, a amplitude de alcance delas acabou por beneficiar o seu enriquecimento ilícito, já que o controle de rotas de tráfico, bem como de territórios consumidores, apresentaram-se como recursos indispensáveis à sua expansão e segurança de atuação. Além disso, observa-se que operações como a Ágata (2011) relacionam-se com essa percepção de ameaça transnacional ao Estado brasileiro, que para isso justifica o emprego do uso militar como forma de impedir o descontrole da região fronteira nacional. As causas para essa ameaça estão, claramente, no aumento da violência armada nessas regiões circunscritas às áreas de operação das OCTs. Esse fenômeno, que pôde ser observado a partir da demonstração dos dados obtidos, se correlaciona também com a mudança da localidade da violência, que passa a ser, nas regiões norte e nordeste, diretamente influenciada pelas rotas fluviais e terrestres de entrada de drogas, alterando seu *locus* das áreas urbanas para as fronteiras internas.

Já no sudeste brasileiro, os fluxos internos das entradas das

drogas apresentam, em certa medida, um controle monopolístico por parte do PCC, evitando rixas e conflitos letais, ao contrário do que ocorre no norte e nordeste, que são as regiões que mais sofrem com aumento da violência. Por conseguinte, isso reforça ainda mais o argumento que a letalidade violenta associada à expansão das OCTs não está na produção, mas na distribuição a varejo em determinadas regiões, e no domínio das rotas de entrada e saída das drogas. Dessa forma, as redes de fronteiras internas constituíram para análise desse trabalho, como um importante e relevante elemento de análise da espacialidade da violência armada no Brasil, demonstrando assim sua correlação com o fluxo de entrada de drogas principalmente advindas de países fronteiriços.

Além disso, observou-se que a relativa facilidade de atuação deve-se também as legalidades, em certa medida, que possuem determinados países sul-americano de produção de insumos como a folha de coca, indispensável para a fabricação de cocaína. O modo como esse domínio hegemônico se organiza revela outra face das atividades irregulares das OCTs pela América do Sul: gozam de relativa paz nas zonas fronteiriças, por ser aqui onde há mais consenso entre as diferentes facções, e de conflitos armados nos espaços consumidores: metrópoles e cidades interioranas, justamente de onde vem a maior receita que financia o seu crescimento e dá condições para sua expansão.

Por fim, concluiu-se que, observando os dados demonstrados nas cartografias e consubstanciados com a revisão bibliográfica, há uma correlação clara entre a espacialidade da produção de drogas no contexto sul-americano e a forma como isso organiza e impacta na espacialidade da violência armada no Brasil. Resta saber, isto para futuros estudos, de que modo as respostas das forças de segurança nacionais se dão diante do eminente desafio de garantir a lei e a ordem em um país em que está seriamente exposto a riscos e fatos como os apresentados.

NETWORKS OF THREATS TO NATIONAL SECURITY: FROM URBAN ENVIRONMENT TO TRANSNATIONAL SPREADING OF ILLICITS

ABSTRACT

The cocaine production increase and the hegemony on transnational routes have strengthened the drug trafficking networks in South America. This expansion has unfolded into armed violence in Brazil, as Transnational Criminal Organizations (TCOs) begin to compete for hegemony in corridors of drug circulation and distribution not only in metropolitan regions but especially in inner cities. Thus, the present work aims to analyze how the new territories of South American drug trafficking relate to the nature and spatiality of violence in Brazil, and to raise what type of direct threat this brings to national security. We have collected georeferenced quantitative data in the Repository of the Conflict Project at the University of Uppsala (UCDP), the Homicide Observatory of the Igarapé Institute, and the Repository of Seizures of the United Nations Office on Drugs and Crime (UNODC). Through Philcarto Software, we build the maps and develop the spatial analysis of the data. Finally, we observed that the capillarization and hegemony of the territorialities of narco-trafficking drive the violence in the internal borders and interior cities in Brazil.

Keywords: Spatiality of violence; Transnational Criminal Organizations; Armed Violence.

REFERÊNCIAS

ABREU, Sousa. **Cocaína**. A rota caipira. 1. ed. Rio de Janeiro: Record, 2017.

AMORIM, C. **CV – PCC: A Irmandade do Crime**. 14. ed. Rio de Janeiro: Record, 2003.

JUSTUS, M. et al. The “São Paulo Mystery”: The role of the criminal organization PCC in reducing the homicide in 2000s. **Economia**, v. 19, n. 2, p. 201–218, maio 2018.

RESDAL. **A Comparative Atlas of Defence in Latin America and Caribbean Latin American Security and Defence Network**. 2016. Disponível em: <https://www.resdal.org/ing/atlas-2016.html>. Acesso em: 21 maio. 2021.

RODRIGUES, T. **Política e Drogas nas Américas. Uma Genealogia do Narcotráfico**. 1. ed. São Paulo: Desatino, 2017.

BECKER, Bertha. Signification actuelle de la frontière : une interprétation géopolitique à partir du cas de l'Amazonie brésilienne. **Cahiers des Sciences Humaines**, v. 22, n. 3/4, p. 297–317, 1986

BECKER, Bertha. Significado Geopolítico da Amazônia. Elementos para uma estratégia. In: PAVAN, C. (org.) **Uma estratégia latino-americana para a Amazônia**. v. 3. São Paulo: Memorial, 1996. p. 187-203.

BOLÍVIA. **Ley Del Regimen De La Coca Y Sustancias Controladas: Del régimen de la coca, Bolívia, 19 jul. 1999**. Disponível em: http://www.cicad.oas.org/fortalecimiento_institucional/legislations/PDF/BO/ley_1008.pdf. Acesso em: 13 jul. 2020.

COUTO, A. C. Ameaça e caráter transnacional do narcotráfico na Amazônia brasileira. *Confins. Revue franco-brésilienne de géographie*. **Revista franco-brasileira de geografia**, n. 44, 1 mar. 2020.

FERREIRA, Marcos Alan. Brazilian Criminal Organizations as Transnational Violent Non-State Actors: a case study of the Primeiro Comando da Capital (PCC). **Trends in Organized Crime**, v. 22, p. 148–165, 2019.

FERREIRA, Marcos Allan; FRAGMENTO, Rodrigo de Souza. Atores não estatais violentos transnacionais na América do Sul: um exame dos casos do Primeiro Comando da Capital e da Família do Norte. **Revista Brasileira de Segurança Pública**, v. 14, n.1, p.72-87, 2020.

FOUCHER, Michel. **Fronts et Frontiers. Un tour du monde géopolitique**. Paris: Fayard, 1991.

HALL, T. Geographies of the illicit: Globalization and organized crime. **Progress in Human Geography**, v. 37, n. 3, p. 366–385, 2013.

JUSTUS, Marcelo. et al. The “São Paulo Mystery”: The role of the criminal organization PCC in reducing the homicide in 2000s. **Economia**, v. 19, n. 2, p. 201–218, 1 mai. 2018.

LE BILLON, P. Geographies of War: Perspectives on Resource Wars. **Geography Compass**, v. 1, n. 2, p. 163–182, 2007.

LUJALA, P. Deadly Combat Over Natural Resources. **Journal of Conflict Resolution**, v. 53, n. 1, p. 50–71, 2009.

MATOS, P. O. Orçamento de segurança pública e orçamento de defesa no Brasil: análise comparativa da estrutura e variação dos gastos públicos (2003-2017). [**Revista Brasileira de Segurança Pública**] v. 91, n.X, p.399-404, 2017.

MACHADO, L. O. **Espaços Transversos: Tráfico de Drogas Ilícitas e a Geopolítica da Segurança**. 2011.

MACHADO, Lia Osorio. A Estratégia Nacional de Defesa, a geografia do tráfico de drogas ilícitas e a Bacia Amazônica Sul-americana. In: Escola de Comando e Estado Maior do Exército; Secretaria Assuntos Estratégicos Pres. República. (org.). **Seminário de Defesa e Desenvolvimento Sustentável da Amazônia**. 1. ed. v. 1. Rio de Janeiro: Sá Ribeiro Multimídia, 2011. p. 99-106.

MANSO, B. P. **Crescimento e queda dos homicídios em SP entre 1960 e 2010. Uma análise dos mecanismos da escolha homicida e das carreiras no crime**. Tese de Doutorado — São Paulo: Universidade de São Paulo, 28 ago. 2012.

MANSO, B. P.; DIAS, C. N. **A Guerra**. A ascensão do PCC e o mundo do crime no Brasil. 1. ed. São Paulo: Todavia, 2018.

MENDES, P. U. Operações Ágata no Arco sul do Brasil: uma análise sob a lente da Inteligência. **Revista Brasileira de Inteligência**, n. 11, p. 31–45, dez. 2016.

PFRIMER, Matheus; SILVA, Marcos Vinicius. Cadeia logística do tráfico de cocaína e espacialidade dos conflitos armados irregulares na América do Sul. **Revista Mundorama**. Disponível em: [https:// mundorama.net/?p=25115](https://mundorama.net/?p=25115). Acesso em 01 set. 2020.

A COMPARATIVE Atlas of Defence in Latin America and Caribbean Latin American Security and Defence Network. **Resdal**, 2016. Disponível em: <https://www.resdal.org/ing/atlas-2016.html>. Acesso em: 21 maio 2021.

RODRIGUES, T. **Política e drogas nas Américas. Uma genealogia do narcotráfico**. 1. ed. São Paulo: Desatino, 2017.

ROSS, M. L. What do we know about natural resources and civil war? **Journal of Peace Research**, v. 41, n. 3, p. 337–356, 2004.

RISSO, Melina Ingrid. “Intentional Homicides in São Paulo City: A New Perspective.” **Stability: International Journal of Security and Development**, 3, n. 1, 2014.

SALAS S., L. G. Corredores y territorios estratégicos del conflicto armado colombiano: una prioridad por territorializar en la geopolítica de los actores armados. **Perspectiva Geográfica**, v. 15, p. 9–36, 2010.

SALAS SALAZAR, L. G. Lógicas territoriales y relaciones de poder en el espacio de los actores armados: un aporte desde la geografía política al estudio de la violencia y el conflicto armado en Colombia, 1990-2012 / Territorial Logics and Power Relations in the Space of Armed. **Cuadernos de Geografía - Revista Colombiana de Geografía**, v. 24, n. 1, p. 157, 2015.

THALER, K. M. Mixed Methods Research in the Study of Political and Social Violence and Conflict. **Journal of Mixed Methods Research**, v. 11, n. 1, p. 59–76, 2017.

THE TRANSNATIONAL INSTITUTE (América Latina). **Decriminalization: overview of drug laws and legislative trends in Peru**. [S. l.]: TNI, 2016. Disponível em: <http://www.druglawreform.info/en/country-information/latin-america/peru/item/207-peru>. Acesso em: 13 jul. 2020.

Recebido em: 30/03/2020

Aceito em: 27/04/2021